

Educação entre a teoria e a práxis: o legado de Marx diante da crise do capitalismo contemporâneo

Renato Crioni

Doutorando na Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP, Brasil

crionibr@hotmail.com



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

“Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*.” Foi a partir das premissas superficiais da 11ª tese sobre Feuerbach que o pensamento de Marx recebeu as mais honrosas exaltações e as mais duras refutações. No palco do século XX, a “rotulagem” marxista atingiu o ápice com o movimento operário e o socialismo real. Entretanto, no crepúsculo do século XX, o inesperado colapso do modelo de “capitalismo estatal” soviético deixou paralisado o pensamento de esquerda e a crítica capitalista marxista, permanecendo no máximo como possibilidade de uma reivindicação nostálgica defensiva. Mas o próprio Marx concebia sua crítica da economia política como uma reflexão que ultrapassava sua aplicabilidade prática. Se esse aspecto da crítica categórica do capitalismo apresentasse, por um lado, como algo que congela a ação, por outro, mostra-se adequado a interpretar a crise global que se desencadeia. Ao mesmo tempo que desconstrói o vigente discurso hegemônico do progresso, da eficiência e da produtividade, abre espaço para uma perspectiva de experiência educativa de valorização das relações vitais sensíveis, da arte, da cultura do ócio, imputadas como supérfluas e colocadas a serviço da onipresente coerção da produção abstrata de riqueza.

Palavras-chave: Marx. Teoria e práxis. Educação. Crise do capitalismo.

Education between theory and praxis: the legacy of Marx with regard to the crisis of contemporary capitalism

Abstract

“The philosophers have only *interpreted* the world in various ways; the point is, however, to *change it*.” It was from the superficial premises of the 11th thesis on Feuerbach that Marx’s thought received its most distinguished exaltations and its hardest refutations. In the XX century stage, the Marxist “labeling” reached its apex with the labor movement and the actual socialism. However, in the twilight of the XX century, the unexpected collapse of the Soviet “state capitalism” model paralyzed the left’s thought and the Marxist capitalist criticism, which remained, at most, as a defensive nostalgic claim. But Marx himself conceived his political economy criticism as a reflection surpassing its practical applicability. If this aspect of the categorical criticism of capitalism shows up, on one hand, as something freezing action, on the other, it shows up suitable to interpret the global crisis which it triggers. At the same time that it disassembles the current hegemonic discourse of progress, efficiency, and productivity, it opens space for a perspective of educative experience appreciating the sensitive vital relations, the arts, and the idle culture, imputed as superfluous and put at the service of the omnipresent coercion of abstract wealth production.

Key words: Marx. Theory and praxis. Education. Crisis of capitalism.

Introdução

Até outubro de 2008, com a crise global desencadeada a partir do estouro da bolha imobiliária norte-americana, parecia um enorme contrassenso falar em crise do capitalismo. As premissas da produção de mercadorias permeiam todos os aspectos da vida e seus requisitos, tais como a produtividade, eficiência, inovação continuada etc., já estão presentes desde a mais tenra idade nos conteúdos escolares e nas exigências educativas da família para com o indivíduo. A formação de sujeitos capazes de competir, apesar dos inúmeros disfarces humanistas e do bem-estar comum, indica a onipresença da lógica empresarial e da acumulação como fim em si. O poder das corporações, especialmente as ramificações financeiras, que comanda quase sem

simulação as decisões políticas e estatais, comprovaria, por fim, a saúde desse sistema. Nos anos 1990, a onda neoliberal, que varreu o planeta, impôs-se de maneira inequívoca como discurso hegemônico, autointitulando-se, ironicamente, à Marx, como o “fim da história”.

Este artigo apoia-se nos estudos da Escola de Frankfurt, mais especificamente no artigo de Adorno (1995) intitulado “Notas marginais sobre teoria e práxis”, de 1969. Vale destacar que também se utilizou aqui do referencial teórico do grupo alemão *Exit!* (CRÍTICA, 2007), que publica periódico de mesmo nome. Este se referencia em Marx, especialmente na crítica do valor e do fetiche da forma-mercadoria. Destacam-se as análises de Robert Kurz, sobre o colapso do socialismo real, e de Roswitha Scholz, sobre a constituição subjetiva no capitalismo, ressaltando que a forma-valor da sociedade moderna já é, desde o princípio, masculina. As supostas características e atividades femininas, herdadas de patriarcados anteriores, são determinadas aprioristicamente na forma social. Daí resulta o posicionamento da *Exit!* como crítica do valor-dissociação sexual, que não se trata de valorizar supostas qualidades femininas, já que a identidade feminina não é, em si, algo melhor, mas apenas o avesso necessário da constituição subjetiva do fetiche valor-dissociação. A crítica vale também para o pseudouniversalismo do sujeito da razão ocidental, sendo que, de fato, este seria apenas a projeção do próprio valor-dissociação – masculino, branco, ocidental. Essa crítica é, sumariamente, o objeto central da mais recente obra de Robert Kurz lançada no Brasil, intitulada *Razão Sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais* (KURZ, 2010a). A obra, surgida na Alemanha em 2004, reunia quatro artigos de Kurz originalmente publicados na revista *Krisis* (nas edições n. 13 [1993], 25 [2002], 26 e 27 [2003]), cuja cisão originou a *Exit!*. Dentre os motivos da cisão da *Krisis*, os principais são justamente a incorporação das análises de Roswitha Scholz à crítica do valor e a pseudouniversalidade do sujeito ocidental, conforme a tradição que remonta ao Iluminismo – ambos presentes na referida obra de Kurz (2010a).

O escopo deste artigo é permeado pelo referencial apontado, porém, não se trata de uma crítica específica à Razão Iluminista. O objetivo é discutir o sentido de teoria e práxis na obra de Marx e sublinhar a importância da negatividade de suas análises, ou seja, a intenção não propositiva de suas reflexões e a atualidade da

negatividade da “Crítica da economia política” para a compreensão do condicionamento subjetivo (central nas questões educacionais) diante dos atuais processos de crise do capitalismo.

Poder-se-ia argumentar que tal objetivo, demasiado amplo do ponto de vista sociológico, não seria pertinente para as reflexões na área da Educação; quando muito, as questões educacionais seriam, aqui, tratadas apenas superficialmente. Entretanto, se compreendermos “[...] que desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia” (ADORNO, 2000, p. 155) e que nessa tarefa urge o entendimento dos fundamentos materiais de reprodução da sociedade, então, segundo Adorno (2000, p. 155), é necessário reordenar “[...] todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade”. Assim, refletir sobre a atualidade do legado de Marx, para compreensão dos condicionamentos socioculturais e econômicos a que estamos submetidos contemporaneamente, coloca a discussão aqui apresentada no centro das necessidades das reflexões educacionais.

Diante dos pressupostos esboçados e do objetivo apresentado, pretende-se também se esquivar de uma interpretação restrita da “realidade educacional brasileira”, já que, sob o referencial teórico do materialismo histórico dialético, nem mesmo quando o capitalismo parecia ainda não ser capitalismo – nas origens do Brasil colonial no século XVI e nas primeiras incursões educacionais conduzidas pela catequese jesuíta – houve uma autonomia do processo educativo desvinculado do modo de produção que surgia, pois, “[...] tanto o lado interno [pré-feudal] como o externo [pós-feudal] da dualidade colonial portuguesa americana situada abaixo da linha do Equador estavam subordinados ao polo mais dinâmico da dualidade europeia: o capitalismo mercantil em ascensão” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2004, p. 176). Pretende-se, com isso, preservar a totalidade “[...] dos fenômenos econômicos, sociais e políticos que animam as relações capitalistas de produção [...]” e evitar a fragmentação e a desconexão “[...] da ‘última instância’ que estabelece o traço distintivo, a dominação geral do todo sobre as partes: a totalidade capitalista na qual os mesmos objetos de pesquisa estão imersos” (BITTAR; FERREIRA JR., 2009, p. 490-491).

Entretanto, a “última instância” capitalista metamorfoseia-se ao longo do tempo e se expressa de forma particular em diversos contextos. Dalbosco (2008)

reflete acerca das modificações no âmbito da educação formal (especialmente a de nível superior) diante das transformações econômicas mais recentes e das decisões políticas que as legitimam. O autor referencia-se na Escola de Frankfurt, mais especificamente no conceito de indústria cultural, apresentado por Horkheimer e Adorno (1991) na *Dialética do esclarecimento*. De modo sumário, podemos caracterizar a indústria cultural como o processo de apreensão das expressões espontâneas da vida, no âmbito da cultura, segundo as exigências da produção e circulação de mercadorias. Em suma, destaca-se o momento em que os bens culturais passam a ser não apenas distribuídos como mercadorias, mas quando já são concebidos como mercadorias no seu processo de produção – cujo fim último é a acumulação de capital. Desdobrando o conceito de indústria cultural, Dalbosco (2008, p. 193) argumenta:

O fenômeno mais recente e que mostra a atualidade deste aspecto do conceito de indústria cultural é a mercantilização irracional e desenfreada da educação e, de modo especial, do ensino superior no Brasil, configurando o que se pode chamar, conceitualmente, de indústria educacional.

O processo de transformação da educação em mercadoria *sans phrase* – cuja subsunção implica a apropriação “[...] de instituições de ensino, interferindo diretamente no processo formal de ensino-aprendizagem, submetendo o próprio processo pedagógico às leis de mercado e, portanto, às suas leis de valor e lucro” (DALBOSCO 2008, p. 193) – sustenta-se através de decisões políticas: “a política educacional adotada no país a partir da metade dos anos 1990 impulsionou, dando legitimidade administrativo-legal, a especificação da indústria cultural em indústria educacional” (DALBOSCO, 2008, p. 195).

Apesar desse destaque ao caráter particular das decisões políticas que afetam a educação, o que se busca nesse estudo é manter o panorama interpretativo da totalidade capitalista. O tema das políticas neoliberais é, aqui, tocado apenas *en passant*. Ressalta-se a importância dos estudos sobre o tema, exaustivamente discutido na área da Educação nos últimos anos. A superficialidade do tratamento que o tema recebe neste estudo deve-se à sua perspectiva. Habitualmente, as reflexões educacionais apontam como gênese das políticas neoliberais o “Consenso de Washington” e as diretrizes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que

surtem a partir do final da década de 1980. Entretanto, segundo as interpretações aqui adotadas, seriam muito mais o reflexo político tardio do desenvolvimento objetivo contraditório do capitalismo, que resultaram nas políticas neoliberais, do que propriamente sua gênese – a gênese destas seria justamente o resultado de tais contradições, dos limites objetivos que se impõem ao capitalismo. Por esse motivo, busca-se neste artigo expor o que está na base das políticas neoliberais, e não propriamente seu conteúdo, discutido com maestria por diversos autores.

1. O marxismo se cala

O pensamento marxista, opositor *par excellence* do capitalismo, silenciou diante do repentino, porém anunciado, colapso do socialismo real. A capitulação do comunismo foi proclamada pelo Ocidente capitalista como a vitória final do sistema social supostamente “correto” sobre suas anomalias passageiras. A crítica marxista recebia como destino certo a lata do lixo e a emudecida esquerda levava anos para esboçar uma reação pálida através dos movimentos sociais pontuais e na defensiva atuação política de proteção de empregos e salários, mas já sem nenhuma substância séria de compromisso com a superação do capitalismo.

Entretanto, desde o fim dos anos 1980, um grupo de pensadores alemães (o atual Exit!) buscou nas reflexões de Marx uma interpretação de sua atualidade fora dos limites da sedimentada doutrina marxista. Através da crítica do valor de Marx, especulavam sobre uma possível base comum de todos os sistemas sociopolíticos da modernidade. Tais investigações culminaram na elaboração da tese central de *O colapso da modernização*, de Robert Kurz (2004). Sobre os escombros do muro de Berlim, o autor sustenta que o comunismo do Leste havia sido, de fato, uma forma de “modernização retardatária”. Chama ironicamente a revolução bolchevique de “revolução recuperadora burguesa”, imputando a ela não apenas um erro nas escolhas, mas uma impossibilidade histórica de um rumo diverso diante das condições de desenvolvimento do capitalismo mundial em geral e, em específico, das condições de atraso da Rússia. Um “outro” provavelmente não seria possível naquele momento, então, a “ditadura do proletariado” limitou-se a impor o sistema coercitivo do “trabalho abstrato” a um país que se encontrava em gritante retardo de desenvolvimento em relação aos concorrentes do Ocidente, notadamente Inglaterra e

França e, um pouco mais abaixo, Alemanha e Estados Unidos. A produção abstrata de riqueza, marca primordial do capitalismo, tinha fortes barreiras para sua imposição na Rússia, tais como os residuais entraves feudais de relações de dependência pessoal e a respectiva falta de constituição subjetiva de um *éthos* do trabalho como fim em si, indispensável às modernas condições de produção, como verificou Max Weber (1967, p. 33):

De fato, o *summum bonum* desta “ética”, a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituído de qualquer caráter eudemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como finalidade em si que chega a parecer algo de superior à “felicidade” ou “utilidade” do indivíduo, de qualquer forma, algo de totalmente transcendental e simplesmente irracional.

Ressalte-se que no comunismo de modelo soviético (o socialismo real), chamado por Kurz de capitalismo de Estado,¹ a obtenção de “mais e mais dinheiro” como “finalidade em si” parece superada como fator de comportamento cotidiano do sujeito, típico da economia de mercado. Mas, sob a capa jurídica estatal, o individual “afastamento de todo gozo espontâneo da vida” tem como meta justamente aquela riqueza abstrata acumulada pelo Estado como finalidade em si, através do excedente de trabalho (mais-valia) que cada indivíduo é coagido a despendar. A justa redistribuição da riqueza social acumulada (seus valores de uso) não é a meta do sistema, como sugere sua aparência, mas apenas uma função para um posterior ciclo de reprodução. Portanto, a Revolução de 1917 e o séquito das que a tiveram como modelo, impuseram, predominantemente, a base da moderna produção de mercadorias, ou capitalismo, como dispêndio de energia humana em geral (trabalho abstrato) com o fim tautológico de valorização do valor. A forma jurídica de controle estatal, como base social da produção, assemelha-se aos primórdios da acumulação primitiva do capital ou à fase imperialista/monopolista no Ocidente, ou, ainda, a todas as recentes ditaduras estatizantes latino-americanas de ferrenha orientação ideológica anticomunista. É óbvio, também, que não se pode fazer *tabula rasa* das conquistas sociais dessas manifestações políticas. O que se pretende, aqui, é compreender o

¹ Elementos dessa instigante leitura *post factum* de Kurz (2004) já se encontravam em interpretações de pensadores do passado recente que, como Horkheimer, ousaram chamar a experiência soviética de “capitalismo de Estado” (POSTONE, 2008).

colapso do sistema do Leste, *post festum*, depois dos fatos ocorridos, cuja interpretação adotada, bastante plausível, indica que o socialismo real foi uma manifestação política de intenções emancipatórias pela perspectiva social, mas que ocorreu dentro dos limites históricos objetivos da produção moderna de mercadorias.

Kurz (2004) aponta, então, a falência dos Estados socialistas não como a queda do antípoda do capitalismo, mas do próprio capitalismo, como modo de produção correspondente à modernidade, sendo deteriorado em razão de seus próprios limites, em seus pontos mais frágeis ante a concorrência mundial: primeiramente os países em desenvolvimento, depois o “socialismo de caserna”. A mesma forma social, porém, assíncrona em suas diversas fases de desenvolvimento. O chamado socialismo real – assim entendido como capitalismo de Estado – sucumbiu diante de sua incapacidade produtiva na concorrência com os países centrais do capitalismo, especialmente depois do incremento produtivo acelerado a partir de 1970 nas nações desenvolvidas de livre mercado. A corrida armamentista, um aspecto marcante da irracionalidade do modo capitalista de produção, talvez seja, em relação à concorrência, a faceta mais aparente no bojo da chamada Guerra Fria.

2. Fim do trabalho no Ocidente

A sangrenta imposição do trabalho produtor de valor, destituído de finalidades sensíveis, ocorreu sob dura resistência por parte daqueles coagidos a despender energia abstratamente, conforme relata Marx em *O capital*, especialmente no capítulo sobre a acumulação primitiva (MARX, 1980a). Mas, com o passar do tempo e com a sucessão de gerações de trabalhadores, o avanço do modo capitalista de produção fez com que houvesse uma tendência à naturalização daquelas condições. Assim, trabalho abstrato, valor, Estado, e a busca incessante por mais e mais dinheiro, como fim em si, coagiam os sujeitos como uma “segunda natureza” (MARX apud CRÍTICA, 2007). Doravante, restava aos trabalhadores a luta pelo reconhecimento dentro do sistema capitalista, aspirando somente à justa distribuição do excedente social resultante da mais-valia. Portanto, a redução da jornada de trabalho, a melhoria nas condições de segurança, a limitação ao trabalho infantil e maiores salários, passaram a constituir a pauta principal das reivindicações das organizações operárias a partir de meados do século XIX, especialmente na Inglaterra e França. Nesse intento, a mais-valia jamais foi

questionada quanto à sua irracionalidade em si, mas apenas quanto à sua apropriação “parasitária” pela burguesia em vez do proletariado.

Desse modo, o movimento operário do Ocidente atuou também, e paradoxalmente, como força motriz do próprio capitalismo, já que sua luta por reconhecimento e a consequente distribuição do produto social permitiram que o moderno sistema produtor de mercadorias ampliasse seus limites de expansão. Apenas tardiamente a classe capitalista reconheceu, de modo acidental, essa necessidade redistributiva. Henry Ford concebia sua linha de produção em série não apenas como racionalização produtiva – com as incessantes subdivisões de tarefa no interior da fábrica – mas como um projeto “pedagógico” de transformação total da vida do trabalhador, que ia de encontro às reivindicações do movimento operário. Uma jornada reduzida, salários razoáveis, lazer higienista, enfim, educação para uma vida disciplinada voltada ao trabalho, redundaria numa produção em massa para um consumo em massa. Ford apontou, com seu sistema integral, que os automóveis, outrora produtos de altíssimo luxo, pudessem se tornar gradativamente acessíveis à classe trabalhadora – seus funcionários deveriam ser potenciais clientes, possibilitando a acumulação em grande escala a cada ciclo do capital (KURZ, 2010b).

Mesmo a luta operária no âmbito da política partidária, que no Ocidente gradualmente se fundiu com a social-democracia, almejava uma maior representatividade dos trabalhadores no aparato estatal, com a mesma finalidade de fazer valer aquela pauta de reconhecimento no interior do sistema. E, ainda, a reivindicação da presença do Estado como regulador da concorrência capitalista. Além disso, essa busca por uma maior participação do Estado objetivava a extensão de serviços como educação, saúde e previdência, desde sempre um peso para o capital, mas, paradoxalmente, indispensável para sua reprodução diante do crescente desenvolvimento das forças produtivas. Enfim, mesmo que isso tudo se traduzisse em melhoria nas condições de vida do trabalhador, coadunava-se com as necessidades de elevação constante da produtividade, imanente à acumulação abstrata de riqueza.

O “positivo” do desenvolvimento moderno, representado pelos países centrais do capitalismo, interpretados como contrários ao sistema socialista do Leste, atingiram o ápice de suas sociedades democráticas no período de reconstrução do segundo pós-guerra. Sob o comando do Estado fordista-keynesiano, esse modelo de organização

social congregou uma parcela majoritária da população na rede de proteção social (saúde, educação, emprego e previdência), sustentada pela demanda efetiva da produção e pelo consumo em larga escala. Essa falsa promessa de emancipação, ancorada no frágil acordo de pleno emprego entre Estado-Capital-Trabalho, perdurou até o início da década de 1970. Entretanto, os atritos das contradições do sistema já produziam ruídos em seu funcionamento bem antes disso.

Segundo Harvey (2007), o regime de acumulação fordista em meados dos anos 1960 já dava mostras de ter chegado a seus limites de acumulação. A estagnação se agravava com o incremento da concorrência provocado pelo ingresso no mercado das empresas dos países da Europa Ocidental e do Japão, reconstruídos no pós-guerra. O Estado keynesiano não suportava mais seus pesados e crescentes encargos de infraestrutura e rede de bem-estar social, numa situação paradoxal de endividamento em elevação com encolhimento das receitas fiscais. Por outro lado, havia uma grande quantidade de ativos financeiros (mercado de ações, fundos de pensão e de investimento, capital-dinheiro etc.) que buscavam formas de investimento rentáveis num panorama de desaceleração do crescimento econômico, sobretudo nos Estados Unidos, já se afirmando, então, como o grande sorvedouro de mercadorias do mercado mundial.

Se, objetivamente, a “[...] conversão de ciência e tecnologia em forças produtivas” parecia dirimir “[...] a contradição entre forças produtivas e relações de produção, ao estancar a queda da taxa de lucros e manter produção e consumo em níveis elevados [...]” (MAAR, 1995, p. 19), o que se verificou, ao contrário, a partir de então, foi a possibilidade da confirmação da tese de Marx (1980b, p. 241) expressa no livro terceiro de *O capital* como “Lei: tendência a cair da taxa de lucro”: a inversão na composição orgânica do capital e a conseqüente tendência de queda da taxa geral de lucro, o motor da socialização moderna.

A taxa de lucro cai não por tornar-se o trabalho mais improdutivo, mas por tornar-se mais produtivo. Ambas, a elevação da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro são apenas formas particulares em que se expressa, em termos capitalistas, a produtividade crescente do trabalho. (MARX, 1980b, p. 275)

Como em outros períodos da história da produção de mercadorias, essa seria mais uma crise cíclica: acumulação/estagnação – reorganização dos capitais/criação de

novos produtos e processos – e nova expansão de mercados. Porém, havia um elemento qualitativamente novo nesse desenvolvimento histórico: o advento de novas tecnologias, dentre as quais a microeletrônica, como resposta à necessidade de elevação da produtividade. Estas, juntamente com a adoção de novas práticas organizacionais e desregulamentação da legislação trabalhista, possibilitaram uma propensão à elevação da produtividade e resultante diminuição de trabalho vivo, mais rápida que a ampliação ou criação de novos mercados. O resultado é a eliminação permanente de postos de trabalho independente de fatores conjunturais, o chamado desemprego estrutural.

Pela primeira vez na história da modernidade, uma nova tecnologia é capaz de economizar mais trabalho, em termos absolutos, do que o necessário para a expansão dos mercados de novos produtos. Na terceira revolução industrial, a capacidade de racionalização é maior do que a capacidade de expansão. O anterior efeito de uma fase expansiva, criadora de empregos, deixou de existir. O desemprego tecnológico da antiga história da industrialização faz seu retorno triunfal, só que agora não se limita a um ramo da produção, mas se espalha por todas as indústrias, por todo o planeta. (KURZ, 2010b)

Com efeito, no início dos anos 1970, o compromisso fordista-keynesiano do pós-guerra entre Estado, capital e trabalho estava lenta e continuamente sendo desmobilizado pela política de crise das desregulamentações neoliberais. Aqui, as políticas neoliberais são entendidas como manifestação ideológico-política da crise e não simplesmente como uma tentativa subjetiva de exploração extra de mais-valia. O Estado tinha de reduzir gastos, dentre os quais, os da rede de proteção social (saúde, previdência, educação) e, contraditoriamente, ser o fiador em última instância dos passivos insolventes, próprios e do grande capital. A legislação trabalhista necessitava ser “flexibilizada” para que se pudessem fazer os cortes necessários para adequação de custos e enfrentamento da concorrência global. Nota-se uma diminuição perene e continuada nos salários, paralela à elevação do desemprego e precarização das condições de trabalho em sua modalização flexível (aumento de jornada, diminuição da seguridade, exigência permanente de mudança/atualização profissional etc.). O setor financeiro ganhava autonomia com as sucessivas desregulamentações nos mercados de ações, financeiro e de câmbio, como estratégia de mobilização dos capitais para prometidos fins rentáveis na produção real.

O valor acionário das empresas, segundo os fundamentos de mercado, deveria refletir a produção real de bens/serviços ou um adiantamento de sua possível realização futura. Entretanto, a partir desse momento, a valorização acionária adquiriu autonomia e se descolou de seu fundamento real produtivo. As empresas passaram, então, a depender cada vez mais de braços financeiros para a essencial realização capitalista de lucros. Em muitos casos, era essa atividade (financeira, ações, imobiliária) que permitia que determinada empresa, independente do ramo de atuação, apresentasse um balanço contábil positivo, pois as receitas provenientes da produção real de mercadorias eram insuficientes. Esse aspecto, desde sempre inaceitável para a ortodoxia econômica, hoje incorpora a normalidade no mundo dos negócios: a dependência de valores fictícios e a sobrevalorização acionária das corporações. Vale recordar que o capital fictício “[...] é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos” (HARVEY, 2007, p. 171).

Harvey (2007, p.169-170) prossegue argumentando que tais características contraditórias da dinâmica do capitalismo o tornam necessariamente propenso a crises. Isso reforça a tendência de gerar fases periódicas de superacumulação, “[...] definida como uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para o atingimento [*sic*] de tarefas socialmente úteis”. Tal característica, com frequência associada a grande desemprego, perpetua-se: “As condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação”. Essa tendência se desenvolveu durante a ruínoza década de 1980, exacerbou-se durante os anos 1990 e persiste em nossos dias, cujo capítulo mais recente foi a crise hipotecária norte-americana, que está muito longe de atingir seus desdobramentos finais (ORTIGOZA; CRIONI, 2008).

De acordo com estimativas da *The Economist*, o valor total de imóveis nos países desenvolvidos aumentou de 30 trilhões de dólares nos cinco anos anteriores [2000-2005], para mais de 70 trilhões, um aumento equivalente a 100% do PIB combinado destes países. Isto não fez apenas parecer minúsculo qualquer *boom* imobiliário anterior, ele é maior que a bolha global do mercado de ações no final dos anos 1990 (um aumento de 80% do PIB em cinco anos) ou a bolha da bolsa americana no final dos anos 1920

(55% do PIB). Em outras palavras, provavelmente a maior bolha da história. (ORTIGOZA; CRIONI, 2008, p. 17)

O que aparece agora como estancamento da crise, após o rompimento da “maior bolha da história”, é apenas o deslocamento da gigantesca massa de capital fictício para a responsabilidade dos Estados, principalmente nos Estados Unidos, no Japão e na Europa. A bolha do setor privado foi assumida pelo Estado, que, igualmente, não tem como tornar rentável essa massa de capitais. Em meio a cortes de gastos governamentais e à intervenção estatal direta no setor privado, a política neoliberal fica desmoralizada ante seu dogma mais caro: o Estado mínimo.

Desse modo, o reino contemporâneo da totalidade econômica se dá através de processos de fluidez e intensificação do capital e do trabalho, cuja máxima é a mudança constante. Os limites objetivos da expansão e, conseqüentemente, da socialização capitalista, ocorrem na impossibilidade da produção de valor através de seu lastro histórico do trabalho abstrato, quando este se torna obsoleto no atual nível de desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, a atual gênese de valor ou “capital fictício” resulta desse limite objetivo, apresentando-se de maneira cada vez mais frequente como solução aos gargalos de valorização do capital. Entretanto, esse processo, contrário aos próprios fundamentos do *establishment* econômico, além de possibilitar apenas uma resposta provisória à manutenção da ordem socioeconômica, não só conserva como amplia a possibilidade de todo o sistema mundial produtor de mercadorias colapsar. Isso para não comentar os limites ambientais objetivos desse sistema aniquilador.

3. O âmago do valor

Marx legou-nos a revelação do caráter duplo da mercadoria, o centro de toda socialização moderna. De maneira fetichista, concebemos um objeto qualquer como “valor de uso” e “valor de troca”. Entretanto o valor de uso, que corresponderia às qualidades sensíveis de tal artefato (concreto ou abstrato), fica à mercê de sua realização como valor de troca no mercado. O valor de troca, que se configura como a expressão do *quantum* de trabalho abstrato contido na mercadoria, tem de se acrescer a cada jornada desta: uma quantidade “X” de capital (valor), após a gênese da mercadoria e sua realização no mercado, deve retornar às mãos de seu possuidor

como “X + Y”. Esse é o fim último da socialização capitalista, a geração abstrata de valor (lucro) através da reacoplagem do sobre-trabalho, ou mais-valia. Não importam as necessidades sensíveis. É claro, não podemos negar o potencial de conforto e segurança de vida propiciado nessa forma de desenvolvimento. No entanto, o potencial de vida ou satisfação de necessidades ocorre de forma residual, tendo a mercadoria fundamentalmente de se realizar enquanto acumulação abstrata de valor, independente de suas qualidades sensíveis e das respectivas necessidades.

Alheio à sua produção, o sujeito moderno é colocado na condição de insumo como única opção de participar da esfera social. Troca seu dispêndio de tempo abstrato de trabalho pelo equivalente universal, o dinheiro. Entretanto, não se trata de uma relação igualitária. A venda da mercadoria força de trabalho corresponde ao necessário à subsistência do trabalhador (historicamente constituída, portanto variável), mas pressupõe sempre que este deixe um excedente, a mais-valia, fonte do lucro e da acumulação abstrata. Essa inversão, na qual o ser humano é equiparado à categoria de coisa, foi exposto por Marx no conceito de reificação, aqui demonstrado na citação de um ícone do Iluminismo: “O valor de um homem é como o de todas as outras coisas, seu preço, isto é, a soma que se paga para dispor de sua força” (HOBBS apud MARX, 1980a, p. 190). Essa relação social coagida, ao contrário do que sugere sua aparência, é inconsciente tanto do ponto de vista individual como coletivo, tanto para dominadores como para dominados. Porém, sendo uma relação entre homens pseudoesclarecida e pseudovoluntária, que se dá através de coisas, resulta daí sua condição de fetiche.

4. Marx: teoria ou práxis?

Conforme se expôs, a práxis marxista perdeu seu referencial imediato, o socialismo real soviético. No Ocidente, para além do fator político, deve-se levar em conta que no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a “obsoletude” do fator humano resultante desse processo, fez com que mesmo as classes operárias organizadas perdessem seu poder de reivindicação de outrora na luta da classe trabalhadora pelo restrito reconhecimento no seio do capitalismo – há um aumento substancial nos “exércitos de reserva industriais” (MARX, 1980a, p. 730). Entre o socialismo real e o marxismo do movimento operário, encontram-se inumeráveis

matizes de movimentos que surgiram a partir da revolta estudantil de 1968 em Paris, que apregoam um ativismo sustentado em teorias que se distanciam de uma reflexão dos fundamentos de nossa sociedade.

Entretanto, de onde vem o fundamento de uma práxis que acredita num mero ativismo político, sem levar em conta que esse próprio ativismo já é condicionado pela forma social?

Marx contribuiu para esse pensamento reduzido. Kurz (2001) fala num duplo

Marx:

- O Marx exotérico, militante do movimento operário, homem de seu tempo influenciado pela filosofia Iluminista que acreditava no uso da razão e no consequente progresso da humanidade, quase como um processo natural – o Marx do *Manifesto comunista*; e
- O Marx esotérico, da crítica categorial do capitalismo e do fetichismo da produção moderna de mercadorias, cujas reflexões iam muito além de uma aplicabilidade prática, já que reconhecia o capitalismo como um processo histórico – o Marx de *O capital*.

A tradição marxista, nas suas mais variadas vertentes, permaneceu presa ao Marx exotérico:

O marxismo tradicional fez da forma e do conteúdo do fetichismo moderno condições ontológicas e trans-históricas para a suposta *conditio humana*. [...] A crítica do capitalismo do marxismo tradicional restringia-se à crítica do invólucro jurídico superficial da propriedade privada, enquanto a forma e o conteúdo da própria reprodução capitalista eram positivados acriticamente. (CRÍTICA, 2007)

Assim, numa compreensão reduzida da luta de classes, do proletariado contra a burguesia, deixou-se de levar em conta que, para ambas, agiam as leis cegas da produção de mercadorias. Segundo essa interpretação, bastava derrubar a classe dos burgueses exploradores e dar lugar ao comando do proletariado para que o capitalismo fosse superado. Nas palavras de Lênin (apud KURZ, 2004, p. 43-44), “só falta derrubar os capitalistas [...] e teremos um mecanismo liberado do ‘parasita’ [...]”. Apesar de ser coautor do *Manifesto comunista*, que expressa justamente esse conteúdo, Marx não compartilhava dessa posição simplista de maneira inequívoca. No prefácio da primeira edição de *O capital* ele alerta contra a redução de suas

investigações a manifestações puramente subjetivas, de indivíduos supostamente guiados por gestos voluntários e conscientes:

Uma palavra para evitar possíveis equívocos. Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas.
(MARX, 1980a, p. 6)

Mas, a primazia da ação sobre a contemplação, da práxis sobre a teoria, remonta a uma interpretação igualmente rasa (em relação às posições mais maduras de Marx) de um texto anterior ao *Capital*. Trata-se das “Teses sobre Feuerbach”, especialmente a última delas, a 11ª: “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*” (MARX, 1888). A práxis, aqui, a transformação do mundo, pode indicar não necessariamente um ativismo, mas, sim, a orientação para a investigação categorial das condições materiais e das relações de produção, não deixando intacta nenhuma forma apriorística do ordenamento social. A esquerda hegeliana não havia conseguido se desvencilhar das categorias *a priori*. Nesse contexto (1845, quando são elaboradas as “Teses sobre Feuerbach”), Marx ainda se encontrava nos esboços de sua crítica da economia política. A práxis, desse modo, tomada de forma bastante literal, atua paradoxalmente como uma adaptação ao existente, uma antipráxis:

O desespero que, por encontrar bloqueadas as saídas, se precipita cegamente para dentro, alia-se, mesmo na vontade mais pura, à desgraça. A aversão à teoria, característica de nossa época, seu atrofiamento de modo nenhum casual, sua proscricção pela impaciência que pretende transformar o mundo sem interpretá-lo, enquanto, em seu devido contexto, afirmava-se que os filósofos até então tinham *apenas* interpretado – tal aversão à teoria constitui a fragilidade da práxis. (ADORNO, 1995, p. 211)

A produção teórica de tradição marxista destaca-se pela doutrinação, por uma constante proposição de meios para se atingir o fim da tomada de poder pelo proletariado, pela depreciação da burguesia e pela exaltação da classe trabalhadora, ambas carregadas nas tintas. Mas, apesar da contribuição de Marx nesse sentido doutrinário, especialmente no *Manifesto*, como citado, em sua obra máxima *O capital*,

em especial o livro primeiro, único publicado em vida, Marx pouco se atém ao aspecto propositivo. Ali, suas investigações primam pela negação pura das categorias socioeconômicas modernas.

Kurz (2001), em sua argumentação do duplo Marx, sustenta que ele teria pouca consciência do caráter dúplice de suas investigações. Mas, uma nota de rodapé no final do livro primeiro, pode indicar que Marx discernia o caráter puramente negativo de suas investigações: “Em vez de imaginar sistemas inúteis para a felicidade dos povos, prefiro limitar-me a perquirir as causas da infelicidade que os cerca” (MARX, 1980a, p. 749). Trata-se da citação de Ortes, monge veneziano do século XVIII, que, segundo Marx, havia sido um grande economista de seu tempo. O fato de Marx tratar com alguma reverência um membro do clero já chama a atenção por si só, mas o conteúdo da citação, de certa forma fora do contexto do assunto ali discutido (capítulo XXIII: A lei geral da acumulação capitalista) é que o torna enigmático. Se fizermos das palavras de Ortes as de Marx, podemos interpretar que ele não tinha, em suas investigações, pretensões propositivas ou uma agenda afirmativa, por ter a percepção, diante de suas descobertas, de que a superação do capitalismo era um horizonte ainda não vislumbrável. Entretanto, sua militância no movimento operário limitava-o, pelo condicionamento histórico, à luta pelo reconhecimento no interior do sistema capitalista. Nesse momento Marx parece querer abdicar dessa atribuição, atendo-se à investigação “das causas da infelicidade” dos povos em detrimento de formular “sistemas inúteis” para a felicidade deles. Inúteis no sentido de que seriam apenas conquistas no interior do capitalismo, a integração dos sujeitos ao modo capitalista – vendendo a “bom preço” a mercadoria força de trabalho – e não algo para além dele.

Adorno (2008) buscou contemplar o contexto histórico (daquilo que Kurz chama de o “duplo Marx”) ao interpretar a crítica à Feuerbach e a subsequente crítica à economia política:

As *Teses sobre Feuerbach* de Marx, por exemplo, não podem ser compreendidas corretamente *in abstracto*, desvinculadas da dimensão histórica, mas têm seu significado no contexto da expectativa de uma revolução iminente existente em sua época; sem uma tal expectativa, elas degeneram em uma mera fórmula mágica. Que após essa possibilidade dada não se realizar Marx tenha-se sentado durante décadas no Museu britânico para escrever uma obra teórica de Economia Política, sem se dedicar efetivamente a tanta práxis assim, isso não é uma mera questão de acaso

biográfico, mas expressa também justamente um momento histórico. (ADORNO, 2008, p. 337, grifo do autor)

É óbvio que refletir sobre tema tão complexo, da teoria e práxis em Marx, somente a partir de uma citação como a de Ortes, é abusar da especulação. Entretanto, a profundidade das investigações de Marx, principalmente em *O capital*, produz essa sensação de impotência diante dessa “segunda natureza”. Quem ousa levar suas reflexões até as últimas consequências sente na carne um congelamento da ação, especialmente quando estas se comprovam no cotidiano. Não foi sem razão que a tradição marxista, imediatamente comprometida com a práxis, dispôs ao centro da teoria o seguinte destino: “a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito do fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada como fenômeno mental puramente subjetivo” (KURZ, 2004, p. 45).

Adorno também diferencia qualitativamente a postura de Marx das “Teses sobre Feuerbach” e o Marx maduro. A concepção unitária de Marx entre teoria e práxis devia-se ao contexto social de suas reflexões num “[...] pressentimento de que, de outro modo, poderia ser tarde demais” (ADORNO, 1995, p. 228), na emergência de uma sociedade mais justa e de um sujeito autônomo.

Nessa medida, foi certamente prática; faltam, contudo, à teoria propriamente acabada, à crítica da economia política, todas as transições concretas para aquela práxis que, segundo a décima primeira tese sobre Feuerbach, deveria constituir sua “raison d’être”. O pudor de Marx ante as receitas teóricas para a práxis mal foi menor que o de descrever positivamente uma sociedade sem classes. *O Capital* contém um sem-número de invectivas, em sua maior parte, aliás, dirigidas contra economistas e filósofos, mas nenhum programa de ação. (ADORNO, 1995, p. 228)

Considerações finais

Segundo a interpretação aqui adotada, o paradigma da luta de classes parece ter-se esgotado, pois estava ancorado na ontologia do trabalho. O trabalho moderno, ou trabalho abstrato, chegou a seus limites históricos objetivos. Como dispêndio de energia humana em geral para produzir valor, tornou-se obsoleto diante do avanço das forças produtivas. Não possui nenhum horizonte de socialização. O marxismo tradicional e outros tantos movimentos fazem apenas uma luta defensiva imediata, mas perderam a capacidade de interpretação dos processos basais. Esse ativismo

prático, equivocadamente atribuído a Marx, agrilhoa o pensamento em nome da primazia da práxis sobre a teoria.

Porém, como exposto, as investigações de Marx não se esgotam na disponibilidade para agir. Kurz (2007) sugere que essa práxis seja a negação categorial da pseudo-ontologia capitalista, a partir do legado de Marx, culminando na crítica do valor-dissociação:

Um conceito crítico mais radical do moderno patriarcado produtor de mercadorias, o desenvolvimento de *critérios* para uma outra socialização (mundial) para além das relações de valor-dissociação e a análise crítica continuada podem oferecer um *âmbito de orientação* e o necessário “longo fôlego”, por que não dizer, pode até mesmo contribuir para que novamente seja possível, seja como for, uma elaboração da contradição que esteja empenhada em avançar, seja vinculada a essa orientação e não se exaure em encenações simbólicas. Mas isso nada tem a ver com “realização” direta nem com “aplicação” instrumental, e muito menos com “manual de instruções”. (KURZ, 2007, grifo do autor)

É obvio que essa negação *per se* não liberta ninguém do fardo quase natural de ter de despender “[...] cérebro, músculo, nervos, mãos, etc. [...]” (MARX, 1980a, p. 51) para a obtenção dos meios de subsistência. Também, as intervenções mais imediatas de resistência não podem ser simplesmente rechaçadas em nome de uma pureza teórica, mas adotadas como “elaboração da contradição” (KURZ, 2007): “O dogma da unidade entre teoria e práxis é, em oposição à doutrina a que se reporta, dialético: ele capta simples identidade ali onde só a contradição tem chance de ser frutífera” (ADORNO, 1995, p. 227).

A despeito do horizonte ameaçador, as condições materiais para que tenhamos uma vida mais folgada sem tantas atribulações, com um uso mais decente dos recursos ambientais, já estão disponíveis há muito tempo. O grande entrave é que a totalidade da organização social permanece conduzida cegamente pelas leis da produção de valor, que, como vimos, dá mostras de ter atingido seus limites internos absolutos, não sendo mais capaz de mobilizar trabalho abstrato de maneira rentável.

Assim, compreendendo nosso fundamento histórico, social e subjetivo, para além das supostas características naturais/ontológicas de sexo e de sujeito, abre-se espaço para as relações vitais sensíveis, da arte e do ócio, desde sempre colocadas na socialização capitalista como acessórias da reprodução da força de trabalho, transformadas em mercadorias pela “indústria cultural” ou, no máximo, aceitáveis

como excrescências sem sentido no interior da produção de valor. O que não tem sentido é o fato de que, a cada avanço tecnológico, temos de nos tornar mais apressados e sobrecarregados, temos de produzir mais para produzir mais, ser mais eficientes para ser mais eficientes, trabalhar mais para trabalhar mais, ser mais competitivos para ser mais competitivos, acumular mais para acumular mais...

Apesar de ainda termos de mediar com o fetiche da mercadoria, chegou a hora de valorizar “o que não tem valor”, sem perder de vista as condições objetivas e subjetivas que nos condicionam. Porém, o simples fato de conseguir trazer à tona o absurdo de nossos discursos e práticas hegemônicas, certamente, contribui para essa transformação. Se, por um lado, a esfera da educação massiva e universal que a caracteriza contemporaneamente – tanto nas dimensões formais como informais – possui em sua gênese uma íntima familiaridade com as necessidades produtivas do modo capitalista, por outro, a educação é também o lugar de destaque para a discussão dos problemas histórico-sociais que se nos apresentam. A oportunidade de se discutir, a partir do legado de Marx, uma educação verdadeiramente voltada para a emancipação do homem, desmobilizando a ideologia que pretende falsamente justificar a educação.

A interpretação de Marx aqui proposta propiciaria, entre outras coisas, a compreensão das profundas transformações na esfera da educação formal no Brasil conduzidas pelas chamadas reformas neoliberais do Estado; não apenas nas suas formas mais aparentes das disputas político-partidárias, mas compreendidas num processo histórico longo, que deve referir-se aos fundamentos econômicos da produção de mercadorias e sobre a tendência hipotética, apontada por Marx, de seu possível esgotamento objetivo.

Referências

ADORNO, T. W. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: _____. **Palavras e sinais: modelos críticos**. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. v. 2. p. 202-231.

_____. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Introdução à Sociologia**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

BITTAR, M.; FERREIRA JR., A. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/10.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

CRÍTICA do capitalismo para o século XXI: com Marx para além de Marx – o projecto teórico do grupo "Exit!". **Exit! Crise e crítica da sociedade das mercadorias**. Mar. 2007. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/exit_projecto_teorico.htm>. Acesso em: 14 dez. 2010.

DALBOSCO, C. A. Problemas de atualidade da Teoria Crítica? Indústria educacional hoje. In: DURÃO, F. A.; ZUIN, A.; VAZ, A. F (Org.). **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 185-198.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. Pluralidade linguística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 25, n. 86, p. 171-195, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a09.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 3. ed. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

KURZ, R. As leituras de Marx no século XXI. In: _____. **Marx Lesen**. Introdução. Frankfurt am Main: Eichborn, 2001. p. 13-48. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz97.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

_____. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde a teoria: o problema da práxis como *evergreen* de uma crítica reduzida do capitalismo e a história das esquerdas. **Exit! Crise e crítica da sociedade das mercadorias**. Abr. 2007. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

_____. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. Trad. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2010a.

_____. O mito da produtividade: desenvolvimento tecnológico, racionalização e desemprego. Trad. José Marcos Macedo. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz1.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2010b.

MAAR, W. L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã clássica**. Stuttgart: [s.n], 1888. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

_____. Livro primeiro: o processo de produção do capital. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. v 2.

_____. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. v 3.

ORTIGOZA, S. A. G.; CRIONI, R. A bolha especulativa e a produção de espaço residencial nos Estados Unidos. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 7-26, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12593/11760>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

POSTONE, M. Crítica, Estado e economia. In: RUSH, Fred (Org.). **Teoria Crítica**. Trad. Beatriz Katinsky e Regina Andrés Rebollo. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2008. p. 203-233.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1967.

Enviado em Dezembro/2010

Aprovado em Julho/2011